



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO
Nº0061/2024. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Contrato de prestação de serviços por tempo determinado, na forma do Artigo 37, IX, da Constituição da República, que entre si celebram o Município de Cachoeirinha/TO, e o(a) Senhor(a) ANDRESSA DE SOUSA SANTOS, para atender as necessidades do Município de Cachoeirinha/TO.

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/TO**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Senhora **GECILEIA MARINHO PEREIRA**, inscrita no CPF/MF nº 982.029.871-72, portadora de Cédula de Identidade 651345 - SSP/TO, residente e domiciliada neste município, no uso da competência que lhe foi outorgada, e o(a) Senhor(a) **ANDRESSA DE SOUSA SANTOS**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1791871, SSP/TO, inscrito(a) no CPF nº 103.448.741-84, residente e domiciliado(a) na Rua da Independência, Cachoeirinha-TO, daqui por diante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços por tempo determinado, na forma do artigo 37, inciso IX, da Constituição da República, que se regerá pela norma da Lei Municipal Nº 420/2024 de 03 de Maio de 2024, destinado a atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de **Regulador de Sistema** pelo prazo determinado na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As atribuições do cargo de **Regulador de Sistema** serão desempenhadas de acordo com o determinado na Lei Municipal Nº 420/2024 de 03 de Maio de 2024, com as funções pertinentes da natureza do cargo e as previstas no CBO, devendo o(a) **CONTRATADO(A)** cumprir carga horária de 40h (quarenta) horas semanais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(A) **CONTRATADO(A)** no ato da assinatura do contrato obrigará-se a declarar, por escrito, aceitação para as atribuições da função para o qual está sendo contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 de Maio de 2024 até o dia 31 de Dezembro de 2024, para atender exclusivamente as necessidades do Município de Cachoeirinha/TO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O período do contrato previsto no caput deverá ser executado integralmente e sem interrupções, salvo aquelas expressamente previstas em lei e neste



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

contrato, sob pena de ser caracterizada a inadimplência do(a) CONTRATADO(A), com a consequente extinção do contrato de prestação de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A prorrogação só poderá ser efetivada segundo a conveniência da Administração, a critério exclusivo do CONTRATANTE enquanto houver a necessidade do município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Depositar a quantia líquida da retribuição a que fizer jus ao CONTRATADO(A), em conta aberta em seu nome em instituição financeira, conforme o calendário de pagamento dos servidores públicos da Administração Direta do Município;
- b) Recolher contribuição previdenciária mensal e o imposto de renda de pessoas físicas – IRPF, deduzidos da retribuição do CONTRATADO;
- c) Pagar tempestiva e integralmente a remuneração pactuada na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Constituem obrigações do(a) CONTRATADO(A):

- a) Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo de **Regulador de Sistema;**
- b) Ser leal ao CONTRATANTE;
- c) Observar as normas legais e regulamentares;
- d) Cumprir as ordens superiores, exceto quanto manifestamente ilegais;
- e) Atender com presteza;
- f) Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- g) Zelar pela economia do material e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização, bem como pela conservação do patrimônio público;
- h) Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- i) Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- j) Ser assíduo e pontual ao serviço;
- k) Tratar com urbanidade as pessoas;
- l) Representar contra a ilegalidade, omissão ou abuso de poder;
- m) Sugerir providências tendentes à melhoria dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES

O(A) CONTRATADO(A) é vedado:

- a) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- b) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição da CONTRATANTE;



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

- c) Opor resistência injustificada a tramitação de documento e processo ou execução de serviço;
- d) Promover manifestação de cunho político-partidário nas dependências da CONTRATANTE;
- e) Promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição;
- f) Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- g) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas;
- h) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento de outrem;
- i) Receber, exigir ou solicitar para si ou para terceiros, propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de seus serviços para a prática ou omissão de ato de ofício;
- j) Praticar usura sob qualquer de suas formas;
- k) Proceder de forma desidiosa;
- l) Utilizar pessoal ou recursos materiais do CONTRATANTE em serviços ou atividades particulares;
- m) Exercer quaisquer atividades incompatíveis com os serviços prestados a CONTRATANTE e com o horário de trabalho;
- n) Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- o) Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão ou entidade diversos daquele para o qual foi contratado;

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO responde pelo exercício irregular de seu cargo, por atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, nos termos da legislação penal, administrativa e civil, não excluída ou atenuada essa responsabilidade pela presença ou pelo acompanhamento da execução por servidor ou empregado público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão à conta do Município de Cachoeirinha/TO, conforme segue:

SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0008.2.044

CLÁUSULA OITAVA – DA REMUNERAÇÃO

A remuneração bruta total do(a) CONTRATADO(A) será de R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais) por mês.



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

PARÁGRAFO ÚNICO – As vantagens e benefícios previstos em legislação específica da categoria funcional ou de cargo análogo da estrutura estadual não repercutirão sobre a remuneração do(a) CONTRATADO(A).

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O(A) CONTRATADO(A) executará os serviços descritos na Cláusula Primeira, ficando subordinadas as determinações da Secretaria Municipal de Saúde, quanto à forma de exercício de suas funções, jornada de trabalho e horário, observadas as normas legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O(A) CONTRATADO(A) se obriga a exercer sua função na unidade e ou local indicado pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(A) CONTRATADO(A), por necessidade do serviço, poderá ser removida para qualquer unidade integrante da estrutura do CONTRATANTE, vedado, entretanto, o desvio de função, sob pena de rescisão do presente contrato e a apuração da responsabilidade administrativa e civil das autoridades que determinarem, solicitarem, permitirem ou tolerarem tal desvio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, juntamente com a unidade em que o CONTRATADO estiver prestando o serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Este contrato será extinto, sem indenização para O(A) CONTRATADO(A), quando verificada uma das seguintes hipóteses:

- a) Término do prazo contratual ou de sua prorrogação, independentemente de termo de rescisão, quando as partes se darão mútua quitação, se satisfeitas todas as obrigações reciprocamente pactuadas;
- b) Por manifestação unilateral do CONTRATANTE;
- c) Por vontade de ambas as partes;
- d) Por infração aos deveres de assiduidade, pontualidade, urbanidade, discrição, boa conduta, lealdade e respeito às atribuições constitucionais e administrativas a que servir, e por inobservância das normas legais e regulamentares, sem prejuízo das demais disposições constitucionais e legais impostas aos ocupantes de funções públicas ou incidência nas proibições estabelecidos em suas cláusulas, imputadas à responsabilidade do(a) CONTRATADO(A).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE poderá, ainda, rescindir unilateralmente o contrato, sem que caiba indenização ao CONTRATADO(A), em razão de:

- a) Ocorrência de qualquer hipótese impeditiva ao fiel cumprimento do contrato pelo período acordado, inadmitindo-se quando qualquer suspensão da sua execução;



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

- b) Falta ao trabalho por 03 (três) dias consecutivos ou cinco intercalados em um período de 30 (trinta) dias, mesmo com justificção, ressalvadas as faltas abonadas por motivo de doença devidamente comprovada através de atestado médico;
- c) Afastamento por motivo de doença por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos;
- d) Apresentação de documento falso ou declaração falsa ou inexata;
- e) Insuficiência de desempenho na função;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admitida, será sempre feita independentemente de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operará seus efeitos a partir da sua feitura.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No ajuste final de contas, dos valores eventualmente devidos ao CONTRATADO, o CONTRATANTE, como lhe incube, procederá aos descontos previstos na legislação específica, na forma estabelecida em suas disposições.

PARÁGRAFO QUARTO – O(A) CONTRATADO(A) só poderá rescindir ou interromper a prestação de serviços por conta de infração contratual ou ilegal da CONTRATANTE mediante propositura de ação judicial, devendo manter o cumprimento integral de suas obrigações legais e contratuais até expreso pronunciamento judicial que suspenda ou extinga a exigibilidade das mesmas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

O presente contrato estará resolvido de pleno direito, não cabendo qualquer indenização ao CONTRATADO(A), nas hipóteses de sua substituição por servidor efetivo investido em cargo que abarque as funções objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A substituição mencionada no caput da presente cláusula pode decorrer de qualquer forma de provimento originário ou derivado do servidor efetivo em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

A presente contratação não cria vínculo empregatício ou estatutário entre o CONTRATANTE e O(A) CONTRATADO(A), nem gera para este o direito de ser posteriormente admitido como servidor municipal e nem o de ser aproveitado nos órgãos da administração direta ou indireta ou, ainda, fundação instituída ou mantida pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DECLARAÇÕES

O(A) CONTRATADO(A), neste ato, as seguintes declarações ao presente instrumento, e que dele passa a fazer parte integrante:

- a) Ciência das proibições do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10º do artigo XXII, da Constituição da República;



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO

AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

b) Declaração de aceitação para desempenhar com zelo e responsabilidade as atribuições da função de Médico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXCESSÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

A superveniência de decisão judicial que anule a presente contratação não assegurará qualquer direito de reparação ao CONTRATADO(A), a qual renuncia expressa e irrevogavelmente a qualquer pretensão indenizatória.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

O extrato deste contrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deste contrato deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ananás/TO, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que firmadas.

Cachoeirinha/TO, 06 de Maio de 2024.

Gecileia Marinho Pereira
~~Sec. Mun. de Saúde~~
Secretaria Municipal
Decreto nº 104/2023
CPF nº 982.029.871-72
CONTRATANTE

Andressa de Sousa Santos
CPF nº 103.448.741-84
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

(01) *Rosane Laillyth n. Silva*
CPF 045 650 641 - 59

(02) *Felipe Brito da Silva*
CPF 096.424.761-50



GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – TO
AV. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000 - FONE: (63) 3437-1248

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: nº 0061/2024
Referência: Prestação de Serviço.
Contratado: **ANDRESSA DE SOUSA SANTOS**
Objeto: REGULADOR DE SISTEMA
Valor Mensal: 1.412,00
Vigência: 06/05/2024 a 31/12/2024.
Data da Assinatura: 06/05/2024.
Cachoeirinha/TO, 06 de Maio de 2024.

Gecileia Marinho Pereira
Sec. Mun. de Saúde
Decreto nº 104/2023

GECILEIA MARINHO PEREIRA
Secretária Municipal